RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68311
Conservatória	Lisboa
Capital social	5000000

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A., em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas e o respetivo Anexo.

1. Evolução da actividade da empresa

A entidade tem como atividade a promoção e gestão de ativos imobiliários. Detém na sua carteira de gestão, ativos de natureza urbana e rústica; ativos esses já em gestão plena e outros em desenvolvimento em diferentes estágios – fase de gestão operacional; fase de execução de obra; fase de projeto e outros em fase de desenvolvimento estratégico e programático.
A carteira de Lisboa / Cascais e Faro está colocada a 100% e afeta ao mercado de arrendamento urbano firmados com contrato de médio prazo.
Destacam-se os projetos sobre os quais estão em fase de forte investimento, a saber: 1) Patã de Cima – Concelho de Loulé / freguesia de Boliqueime; 2) Pero de Amigos – Concelho e freguesia de São Braz de Alportel.
Referente ao primeiro – em curso de execução de obras ao abrigo do licenciamento de reabilitação e ampliação – futura unidade de Turismo Rural, projeto de multi-valências caracterizado por:

- Complexo com cerca de 1050m2 de ABC inserido num lote de mais de 2,434 hectares;
- Empreendimento com 12 unidade de alojamento com uma área construída de 900m2, incluindo piscina e área de lazer;
- Unidade de restauração com cerca de 250m2 de área bruta locável com capacidade de 110 lugares sentados e uma cave de vinho com uma área construída aproximada de 60m2;
- Segmento experiência;
- Abertura prevista para o verão de 2025;
- Custo total de investimento previsto até 2025 – 4M€.

Referente ao segundo – Em fase de análise estratégica e programática – o imóvel de São Braz de Alportel caracterizado por:

- Localização em pleno Barrocal Algarvio – área de proteção;
- Área total dos artigos com cerca de 200 000 hectares;
- Potencial de construção de cerca 2500m2 de área bruta de construção com uso misto habitacional e turístico;
- Grande intervenção urbana - em fase de concertação e promoção de parcerias e agentes públicos e privados da região;
- Projeto de larga escala de intervenção – Em fase de desenvolvimento de Mater Plan – com elevados pontos estratégicos e de interesse local e regional a promover como é o caso do plano de uma rede estruturada de percursos em passadiços – em desenvolvimento – mote de promoção e elogio à rede geológica e da biodiversidade neste excerto da tão rica e excêntrica serra do Caldeirão;
- Previsão de investimento 5M€ - projeto em parceria.

Aos demais destacamos vários imóveis em análise de aquisição e outros em fase de projeto e pedido de informação prévia em Lisboa e Cascais com especial enfoque promoção habitacional e serviços.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0.00%
Fornecimentos e serviços externos	104 093	101 254	2 839	2.80%
Gastos com o pessoal	234 997	61 559	173 438	281.74%
Gastos de depreciação e de amortização	133 768	40 350	93 418	231.52%
Perdas por imparidade	0	28 685	-28 685	-100.00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0.00%
Provisões do período	0	0	0	0.00%
Outros gastos e perdas	8 628	26 133	-17 505	-66.98%
Gastos e perdas de financiamento	46	0	46	100.00%
TOTAL	**481 533**	**257 982**	**223 551**	**86.65%**

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	22 313	-22 313	-100.00%
Prestações de serviços	283 016	98 855	184 161	186.29%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0.00%
Subsídios à exploração	11 167	3 318	7 849	236.57%
Reversões	0	0	0	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0.00%
Outros rendimentos e ganhos	7 644	344	7 300	2 122.09%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0.00%
TOTAL	**301 826**	**124 830**	**176 997**	**141.79%**

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-45 892	-92 803	46 911	49.45%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-179 661	-133 153	-46 508	-34.93%
Resultado financeiro	-46	0	-46	-100,00%
Resultado antes de impostos	-179 707	-133 153	-46 554	-34.96%
Imposto sobre o rendimento do período	12 992	-1 584	14 576	-820.20%
Resultado líquido do período	-166 715	-134 737	-31 978	-23.73%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:

CAPITAL PRÓPRIO	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	5 000 000	5 000 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0.00%
Outros instrumentos de capital próprio	190 000	80 000	110 000	137.50%
Prémios de emissão	0	0	0	0.00%
Reservas legais	7 603	105	7 498	7119.16%
Outras reservas	5 000	0	0	100.00%
Resultados transitados	-396 567	-272 126	-124 441	-45.73%
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0.00%
Excedentes de revalorização	301 696	272 169	29 527	10.85%
Outras variações no capital próprio	1 895 000	0	1 895 000	100.00%
Resultado líquido do período	-166 715	-134 737	-31 978	-23.73%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Os meses que sucederam ao termo do exercício pautou-se, no seio da sociedade, por um agitado período de preparação e acompanhamento do listing junto da Euronext Amesterdão e que culminou com a admissão à negociação da VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A. na Euronext Lisboa no passado dia 25 de Junho de 2024.

3. Evolução previsível da actividade

Num horizonte de dois/três anos prevê a sociedade manter a sua fase de consolidação da sua carteira de ativos sempre numa óptica de investimentos sustentáveis e equilibrados e de maior diversificação com enfoque no mercado habitacional urbano bem como a nível da gestão de património e de perspectivas de novas aquisições para promoções diretas ou em parceria - pressuposto de promoção de projetos e também abordagem de investimento numa lógica de reconversão e/ou desenvolvimento de projetos em ambiente disperso e/ou de expansão. Este contexto de tendência na consolidação da carteira de ativos não é de menor importância referir o contexto positivo e o crescimento dos últimos anos da actividade e investimento imobiliário do Pais. Este ritmo optimista culmina nos quatro últimos anos num crescimento galopante das transações e promoções no mercado habitacional nos grandes centros urbanos. Contudo, analisando este último ano, demonstra um balancear deste ritmo muito se devendo aos rumores das medidas e estratégias politicas levadas a discussão no último ano – pacote "Mais Habitação" – grande parte delas inscritas no último Orçamento de Estado, esta ligeira deflação no que respeita ao número de transações imobiliárias no segmento residencial não tem acompanhado quer o valor da subida do metro quadrado do arrendamento ou mesmo valor metro quadrado de venda – análise homologa nos dois primeiros trimestres do ano de 2023 vs 2022 – ainda assim traduz-se numa forte performance do mercado sustentado e potencializados pelo fluxo turístico e RNH do Norte da Europa, norte-americanos e não menos importante o fluxo oriundo de geografias em catástrofe e/ou de insegurança politico/social.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A sociedade, embora apresentasse um resultado líquido negativo por força dos investimentos realizados, apresenta uma estrutura de Capitais adequada à sua dimensão e a tendência para a recuperação é evidente, na medida em que são visíveis os efeitos dos rendimentos fixos que aufere.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	0,69	0,91
Endividamento global	Passivo total / Activo total	0,41	0,48
Solvabilidade	Capital próprio/ Passivo total	1,44	1,09

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Liquidez geral	Activo corrente / Passivo corrente	0,52	0,77
Liquidez reduzida	(Activo corrente - inventários - activos biológicos - activos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,52	0,77
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,003	0,50

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Principais riscos e incertezas que a sociedade enfrente

Considerando que Portugal se apresenta como um destino com reduzido índice de insegurança, atraindo continuadamente turistas e investidores estrangeiros, os riscos macroeconómicos apresentam-se fundamentalmente concertados em torno da evolução da economia.

Relativamente ao contexto macroeconómico, a economia mundial apresenta sinais de melhoria, mas o lado ascendente permanece fraco, no meio de riscos negativos significativos. Os preços de energia mais baixos estão a ajudar a reduzir a inflação global e a aliviar as pressões sobre os orçamentos familiares, e a reabertura da China, mais cedo do que o esperado, proporcionou um impulso à atividade mundial. Contudo, a inflação subjacente tem-se revelado persistente e o impacto das taxas de juro mais elevadas é cada vez mais sentido em toda a economia.

O crescimento do PIB global em 2023 deverá ser de 2,7%, a taxa anual mais baixa desde a crise financeira global, com exceção do período pandémico de 2020. Prevê-se uma melhoria modesta para 2,9% em 2024. Está previsto que o crescimento anual do PIB da OCDE fique abaixo da tendência em 2023 e 2024, embora aumente gradualmente até 2024, à medida que a inflação moderar e os rendimentos reais se fortalecerem.

A inflação global caiu na maioria das economias nos últimos meses, devido à desaceleração dos preços da energia, embora os preços dos alimentos e dos serviços tenham continuado a subir rapidamente. A inflação subjacente permanece elevada.

Uma combinação de inflação elevada e aumentos salariais modestos levou à queda dos salários reais em 2022. Muitos governos lançaram um apoio extensivo para amortecer os efeitos dos elevados preços da energia e dos alimentos, sobre as famílias. Ao longo de 2023, prevê-se que os salários reais parem de diminuir na maioria dos países da OCDE.

A economia europeia perdeu dinamismo em 2023 num contexto de elevado custo de vida, fraca procura externa e contenção de despesas. Embora se preveja que a atividade económica recupere gradualmente no futuro, as previsões de Outono da Comissão Europeia revêm em baixa o crescimento do PIB da UE em comparação com as suas projeções de Verão. Estima-se que a inflação tenha caído para o mínimo de dois anos na área do Euro em outubro, e esta deverá continuar a diminuir ao longo do horizonte de previsão.

Após uma expansão robusta durante a maior parte de 2022, o PIB real contraiu-se no final do ano e quase não cresceu nos primeiros três trimestres de 2023. Globalmente, as previsões de Outono projetam um crescimento do PIB em 2023 de 0,6%, tanto na UE como na área do Euro. Em 2024, prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3%. Na área do Euro, o crescimento do PIB deverá ser ligeiramente inferior, de 1,2%.

A incerteza e os riscos descendentes para as perspetivas económicas aumentaram nos últimos meses, no contexto da prolongada guerra da Rússia contra a Ucrânia e do conflito no Médio Oriente. Até à data, o impacto desta última nos mercados energéticos tem sido contido, mas existe o risco de perturbações no fornecimento de energia, que poderão ter um impacto significativo nos preços da energia, na produção mundial e no nível global de preços. A evolução económica nos principais parceiros comerciais da UE, especialmente a China, também pode representar riscos.

A nível interno, a contenção das despesas poderá pesar sobre a atividade económica durante mais tempo e em maior grau do que o projetado nas previsões, uma vez que a ajustamento das empresas, das famílias e das finanças públicas ao ambiente de taxas de juro elevadas, poderá revelar-se mais desafiante. Por último, os fenómenos meteorológicos extremos, como ondas de calor, incêndios, secas e inundações, que têm assolado todo o continente e, não só com frequência e âmbito crescentes, ilustram as consequências dramáticas que as alterações climáticas podem ter não só para o ambiente e para as pessoas afetadas, mas também para a economia.

Deste modo, devemos salientar os riscos macroeconómicos, entre eles o abrandamento do crescimento na Europa, a possibilidade da continuação da subida das taxas de juro na zona Euro e o conflito, ainda decorrente, entre a Rússia e Ucrânia.
Os conflitos territoriais no Médio-Oriente, os conflitos comerciais e o agravamento das relações entre a China/EUA/União Europeia poderão igualmente constituir um risco macroeconómico.

Atento ao exposto, apresentam-se os riscos macroeconómicos com impacto mais conflituante na Vila dos Números:

- Redução da liquidez e aumento do risco de incumprimento de créditos;
- Aumento de concorrência por parte de outros produtos de poupança em substituição das ações que representam o património do Emitente;
- A evolução da economia portuguesa: com efeito, todo o seu volume de ativos e resultados operacionais têm origem em Portugal, pelo que o desenvolvimento na economia portuguesa tem impacto substancial sobre a sua condição financeira, resultados e perspetivas futuras;
- O risco legislativo – legal/fiscal - é atualmente um constrangimento real em Portugal. No último ano ocorreu uma transformação/clivagem grande no processo da sua política de território - um novo paradigma no que respeita à gestão urbanística/imobiliária/habitação - com consequências relevantes na legislação e com impacto direto nas iniciativas de investimento privado e público; designadamente no que respeita a obra de reabilitação e/ou renovação, com impacto muito relevante à nível da carga fiscal – como é exemplo o IVA. Estes constrangimentos poder-nos-á desencorajar de avançar com investimentos que, por exemplo, há um ano ter-se-iam traduzido em projetos de elevado interesse e de elevado retorno;
- Há também, no presente, uma elevada alavancagem do mercado resultado da grande liquidez por novos créditos concedidos para investimento imobiliário, que tem sido, na nossa visão, fator preponderante no aumento especulativo do mercado em Lisboa e transversal a todo o país. Este aumento de liquidez, associado a uma grande procura interna e externa, tem promovido uma evidente flutuação de preços na aquisição. As oportunidades de aquisição têm-se apresentado extremamente especulativas e com uma margem muito reduzida quanto à rentabilidade dos projetos bem como o seu retorno financeiro – mesmo em cenários menos conservadores. Contudo, a escassez de soluções de habitação – que se traduz numa primeira linha como vantagem – poder-se-á traduzir num risco associado a essa alavancagem concorrencial;
- Numa perspetiva mais focada no dia-a-dia do negócio, sem dúvida que reforçamos o real constrangimento na elevada carga fiscal na compra, promoção e construção aliado ao custo elevado e escassez de quadros técnicos para fazer face às empreitadas de obra, e não menos importante, fazer face à manutenção dos imóveis.

A Vila dos Números acompanha de forma continuada os indicadores e a evolução da economia portuguesa, europeia e mundial, com o objetivo de integrar nos seus procedimentos e atividade as alterações necessárias, procurando minimizar o impacto na atividade na sociedade.

Na prática e no dia-a-dia de atos de gestão na Vila dos Números, existe um risco operacional que pode provocar perdas e bloqueios no desenvolvimento da sua actividade, resultantes de falhas tais como:

- deficiências e/ou inadequação de processos internos;
- comportamento inadequado das pessoas (funções-chave);
- utilização imprópria dos sistemas de informação;
- eventos externos;
- falta de liquidez por parte dos clientes;
- alterações e mudanças politico/estratégicas nacionais com reflexão directa na pressupostos legais/ fiscais;
- entre outros...

7. Número e valor nominal das quotas /acções próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respectivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

8. Existência de negócios entre a sociedade e os seus administradores, ao abrigo do artigo 397.º doCódigo das Sociedades Comerciais

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

9. A existência de sucursais da sociedade

A sociedade não detém sucursais em território nacional.

10. Proposta de aplicação de resultados

A administração propõe que o lucro líquido do exercício no valor de -166715,14 euros, seja concretizado em resultados transitados.

11. Agradecimentos

A administração aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores,instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 28 de junho de 2024

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, nº 5, 10 A
1950-372 Lisboa
NIF 509 085 652
Órgão de Gestão

Cláudia Daniela Constance Leal

VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A

Contribuinte: 509085652

BALANÇO EM 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	9 620 130,35	6 852 675,71
Outros investimentos financeiros		591,01	385,55
		9 620 721,36	**6 853 061,26**
Ativo corrente			
Clientes	10	31 278,25	4 600,00
Estado e outros entes públicos	12	15 201,07	28 852,77
Outros créditos a receber		1 888 154,87	875 418,73
Diferimentos			1 300,00
Outros ativos financeiros	5		1 600 000,00
Caixa e depósitos bancários	4	12 707,02	105 146,88
		1 947 341,21	**2 615 318,38**
Total do ativo		**11 568 062,57**	**9 468 379,64**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	13		
Capital próprio			
Capital Subscrito		5 000 000,00	5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		190 000,00	80 000,00
Reservas legais		7 602,50	105,31
Outras reservas		5 000,00	
Resultados transitados		-396 566,56	-272 126,46
Excedentes de revalorização		301 696,09	272 168,84
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		1 895 000,00	
Resultado líquido do período		-166 715,14	-134 736,55
Total do capital próprio		**6 836 016,89**	**4 945 411,14**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos		1 004 783,64	996 232,89
		1 004 783,64	**996 232,89**
Passivo corrente			
Fornecedores	11	3 766,57	36 479,33
Adiantamentos de clientes		11 330,29	3 568,73
Estado e outros entes públicos	12	7 920,92	7 445,02
Financiamentos Obtidos		173 490,59	
Outras dívidas a pagar		3 528 378,67	3 456 867,53
Diferimentos		2 375,00	22 375,00
		3 727 262,04	**3 526 735,61**
Total do passivo		**4 732 045,68**	**4 522 968,50**
Total do capital próprio e do passivo		**11 568 062,57**	**9 468 379,64**

Órgão de Gestão:

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5, 10 A
1950-372 Lisboa
NIF 509 085 652

Contabilista Certificado n.º 19440

VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A

Contribuinte: 509085652

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	9	283 015,96	121 167,76
Subsídios à exploração	20	11 166,82	3 317,80
Fornecimentos e serviços externos	14	-104 093,26	-101 254,41
Gastos com o pessoal	15	-234 997,12	-61 559,40
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8		-28 685,00
Outros rendimentos	16	7 643,66	343,94
Outros gastos	18	-8 628,32	-26 133,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-45 892,26**	**-92 802,71**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-133 768,25	-40 350,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-179 660,51**	**-133 152,84**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-46,38	
Resultado antes de impostos		**-179 706,89**	**-133 152,84**
Imposto sobre o rendimento do período	17	12 991,75	-1 583,71
Resultado líquido do período		**-166 715,14**	**-134 736,55**

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5 10 A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 652

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º 4440

ANEXO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68311
Conservatória	Lisboa
Capital social	5000000

ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO 3
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 3
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 4
4 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS 8
5 – OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS 9
6 - PARTES RELACIONADAS 9
7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 9
8 - IMPARIDADE DE ATIVOS 11
9 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 11
10 - CLIENTES 11
11 - FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR 12
12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 12
13 – CAPITAL PRÓPRIO 13
14 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 14
15 - GASTOS COM PESSOAL 15
16 - OUTROS RENDIMENTOS 15
17 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO 15
18 - OUTROS GASTOS 16
19 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 16
20 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 17
21 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 17
22 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 17

VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.
1.2 Sede: Lisboa
1.3 Natureza da atividade: Actividades de mediação imobiliária.
1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro, as normas interpretativas e no Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, que estabelece a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

Decorrente da operação da fusão, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não são diretamente comparáveis com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os efeitos desta operação, reportados a 1 de janeiro de 2023, foram como se segue:

Rúbrica	Pré-fusão	Efeito Fusão	Pós-Fusão
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 852 675,71	307 956,50	7 160 632,21
Outros investimentos financeiros	385,55	-77,67	307,88
	6 853 061,26	**307 878,83**	**7 160 940,09**
Ativo corrente			
Clientes	4 600,00	33 440,61	38 040,61
Estado e outros entes públicos	28 852,77	9 216,83	38 069,60
Outros créditos a receber	875 418,73	124 777,07	1 000 195,80
Diferimentos	1 300,00		1 300,00
Outros ativos financeiros	1 600 000,00		1 600 000,00
Caixa e depósitos bancários	105 146,88	41 216,85	146 363,73
	2 615 318,38	**208 651,36**	**2 823 969,74**
Total do ativo	**9 468 379,64**	**516 530,19**	**9 984 909,83**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	5 000 000,00		5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	80 000,00		80 000,00
Reservas legais	105,31	7 497,19	7 602,50
Outras reservas		5 000,00	5 000,00
Resultados transitados	-272 126,46	-48 843,74	-320 970,20
Excedentes de revalorização	272 168,84	88 386,25	360 555,09
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período	-134 736,55		-134 736,55
Total do capital próprio	**4 945 411,14**	**52 039,70**	**4 997 450,84**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	996 232,89	25 638,75	1 021 871,64
	996 232,89	**25 638,75**	**1 021 871,64**
Passivo corrente			
Fornecedores	36 479,33	-521,05	35 958,28
Adiantamentos de clientes	3 568,73		3 568,73
Estado e outros entes públicos	7 445,02		7 445,02
Financiamentos Obtidos		173 197,83	173 197,83
Outras dívidas a pagar	3 456 867,53	266 174,96	3 723 042,49
Diferimentos	22 375,00		22 375,00
	3 526 735,61	**438 851,74**	**3 965 587,35**
Total do passivo	**4 522 968,50**	**464 490,49**	**4 987 458,99**
Total do capital próprio e do passivo	**9 468 379,64**	**516 530,19**	**9 984 909,83**

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

Os terrenos e edifícios são mensurados subsequentemente pelo modelo de revalorização, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável, com as variações a ser registadas em capital próprio, na rúbrica Excedentes de revalorização;
Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou produção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

3.3. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) de acordo com as regras fiscais em vigor.
É aplicada integralmente a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento, conforme o ponto 7.11 da NCRF-PE, uma vez que é adotado o modelo de revalorização na mensuração subsequente de determinadas classes dos ativos fixos tangíveis (nota 3.2). Desta forma são reconhecimentos impostos diferidos.

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.4. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo custo diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu custo, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" quando existe o direito de os receber.

3.12. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Diferimentos" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.13. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.14. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, exceto se for remota a possibilidade de existir um fluxo de recursos englobando benefícios económicos futuros.
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um influxo económico futuro.

3.15. Alterações nas políticas contabilísticas

A política contabilística divulgada na nota 3.2. Ativos fixos tangíveis foi alterada face à política contabilística adotada em 31 de dezembro de 2021. Conforme referido na nota 3.2., os terrenos e edifícios da Empresa são mensurados pelo modelo de revalorização, enquanto no exercício anterior esta classe de ativos era mensurada pelo modelo do custo. A razão para a alteração da política contabilística adotada foi o facto de terem sido identificadas diferenças significativas entre a quantia escriturada das classes de ativos referidas e o seu justo valor, tendo a Administração considerado que o modelo da revalorização seria mais apropriado às características da Empresa.

4 – Caixa e depósitos bancários

4.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	5 034	2 363
Depósitos à ordem	7 673	102 783
Outros depósitos bancários	-	-
Total	12 707	105 147

5 – Outros Instrumentos Financeiros

A 10 de Janeiro foi efetuado o resgate do Fundo BPI Defensivo, no valor de 1.600.000,00€, o qual gerou um proveito de 1.781,42€.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe: LÉXICO SGPS, S.A.

6.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão: 0

6.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Saldo 31/dez/23	
	Devedor	Credor
LÉXICO SGPS	-	3 522 251
ESTRATO REAL	1 887 558	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

7 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2023 e 2022:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 1/jan/23	Aquisições Deprec.	Fusão Voxatlas	Abates Transf.	Saldo em 31/dez/23
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	779 877	-	83 731	-	863 608
Edifícios e outras construções	6 194 163	-	251 194	-	6 445 357
Equipamento básico	-	-	4 440	-	4 440
Equipamento de transporte	-	28 553	57 167	-	85 720
Equipamento administrativo	325	-	7 783	-	8 108
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	7 778	-	7 778
Investimentos em curso	-	2 564 432	-	-	2 564 432
Total do ativo bruto	6 974 365	2 592 985	412 093	-	9 979 444
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(121 654)	(128 916)	(26 678)	-	(277 248)
Equipamento básico	-		(4 440)	-	(4 440)
Equipamento de transporte	-	(4 753)	(57 166)	-	(61 919)
Equipamento administrativo	(36)	(108)	(7 784)	-	(7 928)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	(7 778)	-	(7 778)
Total de depreciações acumuladas	(121 690)	(133 777)	(103 846)	-	(359 313)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	6 852 676	2 459 208	308 247		9 620 130

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 1/jan/22	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/22
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	63 329	-	-	716 548	779 877
Edifícios e outras construções	1 172 925	1 310 085	-	3 711 153	6 194 164
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	325	-	-	325
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	243 057	-	(243 057)	-	-
Total do ativo bruto	1 479 311	1 310 410	(243 057)	4 427 701	6 974 366
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(81 340)	(40 314)	-	-	(121 654)
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	(36)	-	-	(36)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(81 340)	(40 350)	-	-	(121 690)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	1 397 971	1 270 060	(243 057)	4 427 701	6 852 676

De acordo com o que deve ser divulgado:

a) A data de eficácia da revalorização é Outubro de 2022, à exceção do imóvel que transitou com a fusão da Voxatlas, que é Novembro de 2022.

b) Para as revalorizações realizadas em 2022 tiveram-se por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis semelhantes e comparáveis, tendo em consideração os seus usos atuais e áreas de construção ou privativas. Foram consultados os elementos facultados pelo Cliente, nomeadamente Caderneta Predial Urbana, Certidão da Conservatória do Registo Predial. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. As áreas consideradas para efeitos de avaliação, foram obtidas com base na consulta da documentação predial. Partiu-se do pressuposto que o imóvel se encontra livre de ónus e encargos. Nos montantes utilizados, não foi considerado IVA, não tendosido considerada qualquer retenção de IRS ou IRC.
Na determinação do Valor de Mercado do Imóvel foi utilizado o Critério de Comparação Direta de Mercado e o Critério do Rendimento - Capitalização Direta.

c) O movimento de reavaliação deu origem a um passivo por impostos diferidos no valor de 1.004.783,64€.

d) No caso de não ter existido revalorização, a quantia escriturada no balanço seria 5.166.108,40€.

e) Em 29 de Março a empresa recebeu por doação a propriedade mista localizada em Patã de Cima, no valor de 1.895.000,00€, no seguimento de uma avaliação realizada por avaliador independente e reconhecido, registada por contrapartida da rubrica de Outras Variações no Capital Próprio.

8 - Imparidade de ativos

Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2023 e 2022:

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	31/dez/23	31/dez/22
Imparidade acumulada no início do período	(28 685)	-
Perdas do exercício	-	(28 685)
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	**(28 685)**	**(28 685)**

9 – Vendas e serviços prestados

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Serviços Prestados dos períodos de 2023 e 2022:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/dez/23	31/dez/22
Vendas de Mercadorias	-	22 313
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Serviços Prestados	283 016	98 855
Total:	**283 966**	**121 168**

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/dez/23	31/dez/22
Nacional	283 016	121 168
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
Total:	**283 016**	**121 168**

10 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/23	31/dez/22
Clientes conta corrente	31 278	4 600
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	**31 278**	**4 600**
Adiantamentos de Clientes	-	-

11 - Fornecedores e outros créditos a receber, dívidas a pagar e outros passivos correntes

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/23	31/dez/22
Fornecedores conta corrente	3 767	36 479
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	3 767	36 479
Adiantamentos a fornecedores	-	-

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER, DÍVIDAS A PAGAR E OUTROS PASSIVOS CORRENTES	31/dez/23	31/dez/22
A RECEBER	1 888 682	875 419
Fornecedores - Devedores	527	1 000
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acrescimos de rendimentos	-	-
Outros devedores	1 888 155	874 419
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	**(3 539 709)**	**(3 460 436)**
Clientes - Credores	(11 330)	(3 569)
Remunerações a pagar	(1 325)	-
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos		(107 048)
Credores por acrescimos de gastos	(26 429)	-
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(3 500 625)	(3 349 820)
Total	(1 651 027)	(2 585 018)

12 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/23	31/dez/22
Ativo	**15 201**	**28 853**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	8 143	6 183
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7 058	22 670
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(7 921)	(7 445)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)		(1 717)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(2 534)	(1 760)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(3 859)	(2 458)
Outros impostos e taxas	(1 528)	(1 510)
Total	7 280	21 408

13 – Capital próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 50.000 açõescom o valor nominal de 100 Euro, cada. O capital social, no valor de 5.000.000 euros, decorre de um aumento de capital no montante de 4.950.000 euros deliberado em Assembleia Geral em 2 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Empresa era detido na totalidade pela sociedade LEXICO SGPS, S.A.

Na Assembleia Geral de aprovação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi deliberado aplicar o resultado líquido do exercício, no montante de -134.737 euros, em resultados transitados.

Reservas e resultados transitados:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas Reservas e Resultados acumulados apresentavam a seguinte decomposição:

RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	31/dez/23	31/dez/22
Reservas legais	7 602	105
Outras reservas	5 000	-
Resultados transitados	(396 567)	(272 126)
Excedentes de revalorização	301 696	272 169
Total	**(82 269)**	**148**

No decurso da fusão com a Voxatlas, foi incorporado em Reservas Legais o valor de 7.497,19, em Outras Reservas o valor de 5.000,00 (Capital Social da Voxatlas), e, o valor de -48.562,55 em Resultados Transitados.
Já a rubrica de Excedentes de Revalorização também sofreu um aumento de 29.527,25 devido à retificação do lançamento da reavaliação do imóvel de Copacabana.

No mês de março foi recebido por doação o imóvel da Patã, no valor de 1.895.000,00, registado em Outras Variações No Capital Próprio.

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

14 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/23	31/dez/22
Subcontratos	1 504	3 270
Serviços especializados	61 456	86 807
Trabalhos especializados	57 147	60 331
Publicidade e propaganda	-	350
Vigilância e segurança	386	614
Honorários	15	5 000
Comissões	-	20 000
Conservação e reparação	3 268	346
Outros	639	167
Materiais	2069	255
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 715	164
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	354	91
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluídos	15 264	6 537
Eletricidade	7 531	989
Combustíveis	4 892	4 031
Água	2 822	1 517
Outros	18	-
Deslocações, estadas e transportes	4 610	1 418
Deslocações e estadas	4 598	1 418
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	12	-
Outros	-	-
Serviços diversos	19 164	2 967
Rendas e alugueres	1 600	-
Comunicação	6 158	177
Seguros	7 973	515
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	1 092	790
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	14	65
Outros serviços	2 328	1 421
Total	**104 066**	101 254

15 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2023 e 2022:

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/23	31/dez/22
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(171 656)	(50 430)
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(35 291)	(10 670)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(1 622)	(459)
Outros gastos com o pessoal	(26 429)	-
Total	**(234 997)**	**(61 559)**
Número médio de trabalhadores	5	1

16 - Outros Rendimentos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos dos períodos de 2023 e 2022:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/23	31/dez/22
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	31	100
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	490	244
Total	**521**	**344**

17 – Imposto sobre o rendimento do período

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imposto Sobre o Rendimento do Período dos períodos de2023 e 2022:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO	31/dez/23	31/dez/22
Imposto Estimado	(17 088)	-
Imposto Diferido	4 096	1 584
Total	**(12 992)**	**1 584**

Em resultado das alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, que alterou o artigo 87.º do Código do IRC, a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi fixada, a partir de 2015 inclusive, em 21%. Relativamente à tributação adicional em sede de imposto sobre o rendimento sobre as pessoas coletivas, artigo 87.º-A do Código do IRC, a tributação mantém-se em 3% para entidades com um lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros; 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Nos termos do Código de IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas.
As Sociedade de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI) constituídas de acordo com a legislação nacional, embora sujeitas às regras gerais de tributação constantes do Código do IRC (CIRC), encontram-se abrangidas pelo disposto no artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
Assim o lucro tributável destas entidades é apurado de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, havendo exclusão de tributação de alguns rendimentos, designadamente os rendimentos de capitais, tal como referidos no artigo 5.º do Código do IRS, os rendimentos prediais, referidos no artigo 8.º do Código do IRS e as Mais-valias, tal como previstas no artigo 10.º do Código do IRS, salvo quando os mesmos provenham de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime claramente mais favorável.
Nos termos da Circular n.º 6/2015 da Autoridade Tributária e Aduaneira não deverão igualmente ser consideradas as mais-valias e menos-valias potenciais, os rendimentos e as perdas decorrentes da aplicação do método do justo valor a instrumentos financeiros e a imóveis e os ganhos e perdas cambiais.
Por outro lado, são também de excluir, para efeitos do apuramento lucro tributável, os gastos diretamente relacionados com os rendimentos excluídos de tributação e os previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.
Após esta forma de apuramento, recai sobre a matéria coletável sujeita a tributação a taxa geral de IRC atualmente prevista de 21%, não lhes sendo aplicável a derrama municipal nem a derrama estadual.
Os prejuízos fiscais apurados pelas SIGI seguem as mesmas regras de dedutibilidade das sociedades tributadas pelo regime geral, previsto no artigo 52.º do Código do IRC.

18 - Outros gastos

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

OUTROS GASTOS	31/dez/23	31/dez/22
Impostos	8 406	23 832
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	-
Quotizações	72	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	151	2 301
Total	**8 628**	**26 133**

19 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2023 e 2022:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/dez/23	31/dez/22
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(133 768)	(40 350)
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	**(133 768)**	**(40 350)**

20 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2023 e 2022:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/23	31/dez/22
Subsídios do Estado e outros entes públicos	11 167	3 318
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	**11 167**	**3 318**

21 - Acontecimentos após a data do balanço

Os meses que sucederam ao termo do exercício pautou-se, no seio da sociedade, por um agitado período de preparação e acompanhamento do listing junto da Euronext Amesterdão e que culminou com a admissão à negociação da VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A. na Euronext Lisboa no passado dia 25 de Junho de 2024.

22 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 11.568.063 euros e um total de capital próprio de 6.836.017 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 166.715 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VILA DOS NÚMEROS - SIGI, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Outros créditos a receber inclui um montante de 1.887.558 euros referente a um saldo a receber de uma parte relacionada, para o qual não obtivemos evidência suficiente e apropriada que nos permitisse concluir sobre a sua correta valorização.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75,
8º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

ÊNFASE

Em março de 2023 a acionista única da Entidade deliberou a fusão por incorporação da sociedade VOXATLAS, UNIPESSOAL LDA. na Entidade. A referida fusão tem efeitos a 1 de janeiro de 2023 e os seus impactos encontram-se divulgados na nota 2.3 do Anexo.

Conforme divulgado na nota 21 do Anexo em 25 de junho de 2024 as ações da Entidade foram admitidas à negociação no Euronext Access Lisboa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções

podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 05 de julho de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Pedro Miguel Manso, ROC nº 1421,
Registado na CMVM sob o nº 20161031